

COMUNIDADE ANDINA



Inventário sub-regional de medidas relacionadas ao comércio

A Secretaria-Geral da CAN informou, no fim do corrente mês, sobre a apresentação do *Inventario subregional de medidas relacionadas con el comercio*, em reunião concluída em 28 de outubro.

O inventário sub-regional foi apresentado junto às autoridades da área de comércio dos países integrantes da Comunidade Andina, conjuntamente com um guia metodológico orientador do processo de coleta de medidas, assim como um software que permite caracterizar os aspectos fundamentais de cada uma das medidas como sua classificação tarifária, suporte legal, data de publicação, data de expiração, tempo de vigência, alcance e conteúdo completo da mesma.

Espera-se que este instrumento sub-regional contribua para a formação dos respectivos inventários nacionais e sirva de apoio às normas comunitárias relacionadas com o Sistema Andino de Saúde Agropecuária e o Sistema de Informação de Notificação e Regulamentação Técnica da Comunidade Andina (Decisões 515 e 615).

Durante a reunião de apresentação realizada em Lima, Peru, foram examinados também os aspectos relacionados à sustentabilidade dos inventários, com a fim de encontrar fórmulas em cada um dos temas que permitam que este projeto sub-regional se consolide e se mantenha no tempo, em benefício do processo de integração andino.

O inventário foi desenvolvido no âmbito do programa de cooperação entre a União Européia e a Comunidade Andina em matéria de Assistência Técnica Relativa ao Comércio. A compilação das medidas foi feita em função dos fundamentos e conteúdos essenciais dos Regulamentos Técnicos (RT), Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (MSF) e Outras Medidas não Tarifárias (OMNA).

Formação a distância em temas aduaneiros

A Secretaria-Geral da Comunidade Andina (CAN) e a Universidade Andina Simón Bolívar desenvolverão, a partir de 2006, um programa de cursos a distância sobre temas aduaneiros.

Segundo informação fornecida este mês pela Secretaria da CAN, o objetivo desta iniciativa é capacitar mais de 500 funcionários das aduanas dos países membros, bem como representantes do setor privado dos cinco países da Comunidade.

O curso a distância será composto de nove módulos, cujos conteúdos serão preparados por expertos sub-regionais e contarão com o financiamento da Comissão Européia, de acordo com um convênio subscrito recentemente por ambos os organismos. Os módulos que serão desenvolvidos no âmbito do Projeto de Cooperação UE/CAN em matéria de Assistência Relativa ao Comércio (ATRC), são: Nomenclatura Comum Andina; Avaliação em Aduanas; Regimes Aduaneiros; Documento Único Aduaneiro; Trânsito Aduaneiro; Origem; Controle Aduaneiro; Luta contra a Fraude; e Propriedade Intelectual. Em razão do convênio subscrito pelo Secretário-Geral da CAN, Allan, Wagner, e o Reitor da Universidade Andina Simón Bolívar, Julio Garret Aillon, o curso abarcará uma série de atividades adicionais como a elaboração de um guia metodológico, material impresso e CD, entre outros. A condução do curso estará a cargo da Universidade Andina Simón Bolívar, uma das instituições acadêmicas da Comunidade Andina que realizou avanços significativos nos últimos anos na área de educação a distância por meio da internet.



Cooperação em desenvolvimento humano e saúde (HIV/AIDS)

O Conselho para o Desenvolvimento Humano e Social (COHSOD, na sigla em inglês) da Comunidade do Caribe (CARICOM) reuniu-se na Guiana, de 26 a 28 de outubro, com o objetivo de focalizar seu trabalho em temas como juventude, esportes e drogas.

Entre os temas ressaltados por sua importância regional constam a expansão dos problemas sociais de saúde derivados da AIDS (HIV/AIDS), bem como as respostas regionais a este preocupante fenômeno.

O Conselho, tanto em suas sessões como no comunicado oficial emitido no fim do encontro, elogiou o trabalho da Associação Pan Caribenha contra a AIDS (*Pan Caribbean Partnership against HIV/AIDS / PANCAP*) por suas ações e êxitos que conduziram a sua declaração internacional – por parte da UNAIDS – de prática de excelência (best practice). Esta associação regional foi lançada pelos Chefes de Governo da CARICOM em 2001 como um mecanismo para a difusão da AIDS e para mitigar os efeitos desta doença na região.

Em sua apresentação perante o Conselho, o Coordenador do PANCAP afirmou que a AIDS é, atualmente, a principal causa de morte entre os jovens caribenhos entre 15 e 24 anos. Das 2,1 milhões de novas infecções registradas anualmente no mundo, 5 mil ocorrem no Caribe.

Em sua apresentação, o funcionário enfatizou que a população jovem da região é o segmento social mais vulnerável em relação à AIDS, razão pela qual a PANCAP está trabalhando para conseguir que, no próximo ano, 70% das escolas da sub-região incluam em seus programas de estudo conteúdos educativos em matéria de AIDS. Informou também que a PANCAP está colaborando com a Universidade das Índias Ocidentais para incluir conteúdos similares – adaptados de acordo com os níveis educativos – em 127 cursos aos quais assistem 2 mil estudantes.

As estimativas realizadas pela coordenação da PANCAP indicam que, em 2006, será concluído o treinamento de 5 mil educadores que farão parte do programa de mudanças nas condutas sociais e individuais, capazes de frear a expansão da AIDS na sub-região.

O reconhecimento internacional desta iniciativa motivou, entre outras coisas, a apresentação de sua experiência bem-sucedida durante o Terceiro Fórum Latino-americano e do Caribe a realizar-se de 8 a 11 de novembro, em El Salvador.

CENTRO-AMERICA

Fórum Regional Ambiental

A Cidade de Manágua, Nicarágua, foi sede, nos dias 20 e 21 de outubro, do Fórum de Doadores 2005, uma atividade regional da Comissão Centro-americana de Ambiente e Desenvolvimento (CCAD) que reuniu distintos atores relacionados com a integração centro-americana em temas ambientais e de desenvolvimento sustentável.

Um dos objetivos centrais do encontro foi gerar um diálogo político entre organizações cooperativas - incluindo fontes financeiras internacionais, organismos de cooperação multilateral e nacional, bem como distintas agências das Nações Unidas - e a CCAD, representada nesta oportunidade por seu Conselho de Ministros e seus respectivos assessores técnicos. O encontro foi definido pela Secretaria-Geral do Sistema de Integração da América Central (SICA) como uma oportunidade para se conhecer a nova visão e as perspectivas das agências de cooperação que se encontram atualmente operando na América Central, com ênfase na discussão centrada nas áreas temáticas e geográficas prioritárias, pressupostos regionais e/ou nacionais designados, bem como sua percepção da CCAD no âmbito do investimento em temas de ambiente para a América Central.

Na reunião de Manágua, a CCAD apresentou seu novo Plano Ambiental para a Região Centro-americana (PARCA), uma estratégia de médio e longo prazos a ser desenvolvida no período 2005-2010. Expôs, também, seus Programas Estratégicos Regionais em matéria de Áreas Protegidas Terrestres e Marinhas; Conectividade no Corredor Biológico Mesoamericano (CBM); Monitoramento e Avaliação da Biodiversidade; Legislação e Políticas Regionais Ambientais; e Prevenção e Controle da Poluição.

O Fórum de Doadores começou com um Painel Regional sobre "Avanços e Objetivos da América Central com relação à Cooperação, no âmbito da Integração Regional", que incluiu um conjunto variado de apresentações sobre a situação da cooperação internacional na região no âmbito do Sistema da Integração Centro-americana; os alcances no processo de integração econômica centro-americana e seus objetivos ante a agenda econômica mundial; e os avanços na implementação do Plano Puebla Panamá.

Pouco tempo antes da passagem do furacão Stan pelo norte da América Central e o sul do México – com um saldo provisório de mil mortos e centenas de milhares de feridos – o Fórum de Doadores foi também um espaço propício para se examinar a alta vulnerabilidade da região e a urgência de se criarem políticas que derivem em ações para a prevenção de desastres naturais.

MERCADO COMUM DO SUL



Harmonização fiscal: aspectos tributários e incentivos

O Centro de Economia Internacional da Chancelaria argentina publicou recentemente um estudo sobre *Armonización fiscal en el MERCOSUR: Aspectos tributarios e incentivos*.

No trabalho, argumenta-se que nos processos de integração regional que têm como objetivo a conformação de mercados comuns, são potencializados os efeitos das diferenças nas estruturas tributárias nacionais. Embora se reconheça que não há uma definição absoluta acerca do nível ideal de coordenação que deveria existir, verifica-se no MERCOSUL um agravamento dos problemas tradicionais que costumam ocorrer em processos de integração comparados, devido ao fato de tanto a Argentina quanto o Brasil serem países federativos, o que poderia configurar um duplo nível de potencial conflito (internacional e doméstico).

No âmbito sub-regional, mencionam-se ocasiões de utilização de incentivos fiscais ao investimento ou à exportação como uma opção razoável do ponto de vista nacional, quando se quer dar resposta a problemas domésticos tão sensíveis como o relacionado ao emprego. Entretanto, ao se avaliar este fato sob o aspecto do conjunto do bloco, a suposta razoabilidade não é tão evidente, já que podem ser encontrados efeitos positivos e negativos, dependendo da implementação específica do incentivo. Neste sentido, a hipótese levantada pela pesquisa do CEI é que, quando não se coordena a aplicação deste tipo de incentivos, são gerados esquemas de concorrência que podem deteriorar a estabilidade fiscal sem alcançar o objetivo de atrair mais investimentos.

A idéia que está por trás desta hipótese é avaliada mediante colaborações da teoria de jogos e de uma análise empírica baseada num modelo macroeconômico de equilíbrio geral. A conclusão geral a que se chega, seja qual for o cenário, empírico ou teórico, é a mesma: o equilíbrio, no qual nenhum dos países pode melhorar sem que o outro piore, só é alcançado quando existe coordenação nas políticas de incentivos.

Após demonstrar a importância da coordenação fiscal nos processos de integração econômica, foram examinadas as principais lições que a experiência europeia oferece para o caso do MERCOSUL. Assim, chega-se à conclusão de que as condições institucionais para a tomada de decisões no MERCOSUL (principalmente a relacionada com o requisito de unanimidade ou consenso) e a falta de uma perspectiva regional para superar os inconvenientes econômicos que muitas vezes é induzida por uma exacerbada defesa do interesse nacional são fatores-chave que têm que ser levados em consideração se se pretende avançar na harmonização fiscal no MERCOSUL.

A análise da compatibilidade das estruturas tributárias no MERCOSUL permite aos autores afirmar que estas são superficialmente compatíveis, diagnóstico que é qualificado na medida em que as diferenças começam a ser manifestadas e examinadas com maior profundidade.

No terreno específico de incentivos à produção e/ou investimento, observa-se uma redução nos montantes, ainda que se note a persistência de gastos tributários regionais na Argentina e, principalmente, no Brasil. Em ambos os casos, o federalismo permite que as províncias ou estados tenham seus próprios esquemas de incentivos, os quais são difíceis de ser modificados. Ao concluir sobre os escassos avanços observados na questão de harmonização fiscal no MERCOSUL, o documento apresenta alguns delineamentos para a harmonização, os quais têm um caráter gradual que privilegia a compatibilização em vez da uniformização.

A versão eletrônica do documento pode ser obtida na seguinte url: <http://www.cei.gov.ar/flash/pdf/10armo.pdf>

Previsão de um cenário conflituoso na Conferência da OMC

O Presidente do Instituto de Estudos de Comércio e Negociações Internacionais (ICONE) do Brasil, Marcos Jank, realizou uma análise para esta Carta Mensal na qual prevê um cenário de conflito para a Sexta Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Este evento será realizado em Hong Kong, China, de 13 a 18 de dezembro de 2005. A Conferência Ministerial é o órgão supremo de adoção de decisões da OMC. Realiza-se pelo menos uma vez a cada dois anos e traça a política da organização. Esta Sexta Conferência será crucial para que as negociações – celebradas desde há quatro anos no âmbito do Programa de Doha para o Desenvolvimento – concretizem progressos suficientes que permitam concluir a rodada em 2006.

Jank argumenta que um dos eixos do conflito está condicionado à insuficiente proposta de liberalização agrícola apresentada pela União Européia (UE). Este tema é fundamental já que, se a UE não avançar em cortes mais significativos em suas tarifas agrícolas, os Estados Unidos (EUA) não terão incentivos para reduzir seus próprios subsídios. Em outras palavras, a UE resiste em conceder maior acesso a seu mercado (que depende da liberalização relacionada aos picos tarifários, escalonamento tarifário, quotas e salvaguardas especiais) e os EUA resistem em reduzir seus subsídios agrícolas domésticos.

Os dois principais pilares da negociação agrícola na Rodada de Doha – que constituem o denominado núcleo duro desta etapa crucial – são precisamente, o acesso a mercados e o apoio doméstico. Quanto aos subsídios à exportação – o terceiro pilar da negociação agrícola –, já estaria pactuado que serão eliminados, faltando somente definir a data na qual isso ocorrerá.

A hipótese de Jank é que o núcleo do problema é político e não técnico. Os negociadores da UE sofrem a pressão de membros do bloco, principalmente da França. Os negociadores e o governo dos EUA estão sendo pressionados pelos lobbies agrícolas, que também operam no Congresso desse país. Por sua vez, o Grupo dos 20 (G20) – que é um grupo de pressão e não uma coalizão, dada sua heterogeneidade de interesses – apresenta diferenças, por um lado, entre o Brasil e a Argentina, que são ofensivos e pró-liberalização agrícola; e China e Índia, por outro, que são defensivas em acesso a mercados. Isto é, se resistem a abrir seus mercados às importações agrícolas. Em outras palavras, o G20 está coeso apenas em sua pressão pelo corte de subsídios domésticos e à exportação dos países desenvolvidos.

Jank avança em sua argumentação para advertir o que percebe como um perigo para as negociações: aceitar ou considerar propostas como a da UE que implicam somente um corte moderado das tarifas agrícolas e não reparar o número de produtos sensíveis que este bloco colocou na negociação. Isto seria, na sua opinião, um grande erro, pois uma redução da magnitude proposta não seria significativa na atual situação do comércio agrícola. Em troca, considera necessário reduzir o número de produtos sensíveis que a UE propõe. Jank afirma que a UE propõe colocar 8% de suas linhas tarifárias em um pacote de produtos sensíveis, os quais teriam uma redução tarifária menor (de 20% em vez de 60%) e uma ampliação de quotas de 0,5% do consumo interno. Esta proposta não satisfaz o G-20, que pretende fixar os produtos sensíveis em 1% das duas mil linhas tarifárias agrícolas européias (ou seja, 20 linhas). A proposta de Bruxelas incluiria 177 linhas tarifárias na categoria de sensíveis, o que afetaria, por exemplo, os principais produtos exportados pelo Brasil para esse mercado.

Quanto aos EUA, Jank afirma que o grande problema é que este país teve, nos últimos anos, um aumento substancial dos subsídios domésticos e agora não quer reduzir a ampliação que produziu a *Farm Hill* de 2002.

Jank conclui sua análise dizendo que não encontra elementos para afirmar que a Rodada terminará em um fracasso. Na sua perspectiva, o grande risco é que perca sua ambição liberalizadora em matéria agrícola. Neste caso, uma possibilidade certa para países como os do MERCOSUL seria não aceitar um acordo que não respeitasse seus interesses. Entretanto, acha provável que em Hong Kong os membros da OMC aprovelem somente um documento com as regras do acordo, deixando a definição dos números finais das reduções e os prazos para 2006.

Quando a Rodada foi lançada, o prazo de conclusão era dezembro de 2005. Existe um condicionante externo importante para a conclusão das negociações no prazo mais breve possível: a Autoridade de Promoção do Comércio (TPA, na sigla em inglês) dos EUA foi prorrogada até julho de 2007. Conseqüentemente, as negociações deveriam estar finalizadas em meados de 2006, para que os passos legislativos requeridos pelo ordenamento legal dos EUA possam ser cumpridos antes que a TPA expire.



O desenvolvimento institucional do MERCOSUL

O Instituto publicou este mês o documento *Una aproximación al desarrollo institucional del MERCOSUR: sus fortalezas y debilidades*, no âmbito da série INTAL-ITD.

O Documento de Divulgação 31, elaborado por Celina Pena e Ricardo Rozemberg, examina os alcances e limitações da estrutura orgânica do bloco sub-regional, com especial atenção ao mecanismo de criação e implementação das normas MERCOSUL e a solução de controvérsias.

O trabalho descreve as características de intergovernabilidade que se imprimiu, desde suas origens, à estrutura institucional do bloco, com um sistema de decisões por consenso que reserva uma ampla liberdade de ação para os países membros, ao não ter que se submeter a decisões autônomas de instituições comunitárias. Segundo os autores, e diferentemente do caso europeu, o processo decisório está dominado pelos próprios responsáveis pela política pública de cada país. Assim, pretende-se garantir que os acordos alcançados possam ser postos em vigor em cada um dos territórios e facilitar a tarefa de “mercosulizar” as respectivas administrações governamentais nas diversas áreas que abarcam o processo de integração.

O documento evidencia as freqüentes críticas que o processo sofre em relação a seu grau de institucionalização, particularmente no que diz respeito aos aspectos normativos e ao sistema de solução de controvérsias. Entretanto, sustentam que os problemas que o MERCOSUL “real” enfrenta – que vão desde a retração dos fluxos de comércio e a paralisa da agenda interna, até a reversibilidade de numerosos compromissos já implementados – parecem pôr um limite a qualquer iniciativa institucional profunda demais.

Neste sentido, argumenta-se que idéias exclusivamente jurídicas que tendem a criar um tribunal supranacional ou um parlamento eleito por voto direto, embora contribuam a ratificar a vontade política de continuar o projeto, não só não permitiriam sair do *status quo*, mas também poderiam resultar contraproducentes para o futuro do processo de integração.

O trabalho avança na apresentação de algumas propostas que julgam pertinentes para avançar no fortalecimento institucional do MERCOSUL. Depois de definir a ausência de uma instância técnica independente como um dos déficits institucionais mais evidentes do MERCOSUL, os autores consideram que sua construção pode ser considerada como condição necessária para superar as limitações atuais, embora não suficiente na medida que suas recomendações não sejam vinculadoras e estejam submetidas à vontade dos Estados membros.

Outro tema definido como de vital importância para o processo de integração é o aperfeiçoamento do procedimento para a internalização da normativa MERCOSUL e a necessidade de avançar em direção à aplicação direta das normas aprovadas de forma quadripartite. No longo prazo, postula-se a realização de trabalhos que tornem normativa MERCOSUL equivalente ao ordenamento jurídico dos sócios. No momento, sustenta-se que deveria ser difundido claramente o estado de incorporação da normativa MERCOSUL, para que o setor privado tenha certeza a respeito de seus direitos e obrigações no espaço sub-regional.

Finalmente, considera-se que é necessário melhorar a transparência dos procedimentos atuais em matéria de solução de controvérsias. Por exemplo, atualmente, a base de argumentação das consultas ante a Comissão de Comércio do MERCOSUL não é pública, assim como não o são as conclusões dos Comitês Técnicos ou os papéis apresentados pelas partes em uma controvérsia.



O Documento de Divulgação 31 pode ser obtido, em formato pdf, na seguinte url:
http://www.iadb.org/intal/detalle_publicacion.asp?tid=8&idioma=esp&pid=292&cid=234

A construção de capacidades comerciais

A identificação dos êxitos e dos desafios da construção de capacidades comerciais surgidos da análise do processo de criação do Acordo de Livre Comércio da América Central-Estados Unidos (CAFTA, na sigla em inglês) e suas lições para o sistema multilateral de comércio, constitui a preocupação central do Documento de Difusão 32 publicado este mês no âmbito da Série INTAL-ITD.

O trabalho de Eric T. Miller reconhece que, embora não exista uma definição universalmente aceita para construção de capacidade comercial (CCC), a mesma pode ser definida como a assistência para implementar ou reforçar o processo e as instituições que permitem aos países em desenvolvimento (PED) estar preparados mais efetivamente para negociar acordos comerciais compreensivos, implementar os compromissos adquiridos e produzir os ajustes que requerem as circunstâncias emergentes, de maneira a minimizar seus efeitos negativos e maximizar seus potenciais benéficos.

A importância da CCC surge de três imperativos inter-relacionados: o prático, o político e o sistêmico. O primeiro deles é bastante simples de ser visualizado, já que os países em desenvolvimento realmente necessitam ajuda para definir efetivamente uma estratégia comercial e recorrer todos os passos contidos na definição da CCC. O imperativo político relaciona-se com a necessidade de que os governos dos países menores e pobres não se sintam que estão sós na adoção de complexos e dispendiosos processos de liberalização e são acompanhados de assistência financeira e de outro tipo pelos países e organizações doadoras. Por sua vez, o terceiro imperativo deriva-se do pressuposto de que se se quer ter um sistema mundial de comércio forte e são, é necessário que todos os participantes tenham, pelo menos, as capacidades básicas para participar nas deliberações e tomadas de decisões em nível multilateral e regional, bem como na implementação dos consensos delas resultantes.

Miller revisa a experiência do Marco Integrado (MI), isto é, a principal iniciativa de CCC desenvolvida no nível da Organização Mundial do Comércio (OMC). A esse respeito, o autor assinala que o MI não alcançou um nível ideal de dinamismo, devido, em parte ao fato de estar insuficientemente vinculado – e conseqüentemente não se pode beneficiar adequadamente – do estímulo que representam os principais processos internacionais de negociação comercial. Enquanto a Rodada de Doha está buscando liberalizar o comércio de bens e serviços, o trabalho quotidiano do Comitê de Negociações Comerciais (que conduz precisamente as negociações desta Rodada) e dos Grupos de Negociações, são realizados longe das deliberações e evoluções do processo do MI.

De maneira contrastante, o CAFTA foi capaz de integrar seu grupo de CCC no cerne do processo de negociações. Seu trabalho adquiriu, desta forma, sentido de imediatismo e foi possível adicionar vitalidade ao processo negociador. O grupo do CCC do CAFTA reunia-se simultaneamente com os grupos de negociações e seguia seus calendários. Além disso, os grupos de negociações do CAFTA responsáveis pelo desenvolvimento das disciplinas e regras substantivas do acordo tinham o mandato de compilar as necessidades detectadas em suas respectivas áreas para a correspondente apresentação no grupo de CCC. Como resultado destes procedimentos, os negociadores dos diversos grupos assistiam regularmente à mesa de CCC para discutir as necessidades que oportunamente detectaram. De forma complementar, o ritmo das negociações do CAFTA obrigou os doadores a responder ativamente às necessidades de assistência à medida que emergiam, o que contribuiu para alcançarem os objetivos fixados.

O resultado da avaliação comparativa das experiências do CAFTA e do MI leva Miller a concluir que os Ministros do Comércio dos países membros da OMC poderiam considerar a incorporação imediata do MI no processo de negociações comerciais multilaterais, para poder aproveitar assim seu potencial e razão de ser.

O Documento encontra-se disponível em inglês, sob o título: *Achievements and Challenges of Trade Capacity Building: A Practitioner's Analysis of the CAFTA Process and its Lessons for the Multilateral System*, na seguinte url:
http://www.iadb.org/intal/detalle_publicacion.asp?tid=8&idioma=esp&pid=294&cid=234



Dimensões empíricas e macroeconômicas da integração

O Instituto publicou recentemente uma síntese dos resultados das atividades 2004-2005 da Rede Euro-Latino-americana de Estudos em Integração e Comércio (ELSNIT).

Esta rede foi lançada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) por meio do Escritório Especial na Europa e o Departamento de Integração e Programas Regionais, e do Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe

(INTAL). Assim, foi estabelecida uma plataforma de intercâmbio de idéias e conhecimento entre expertos da Europa e da América Latina que serve de fonte de apoio ao processo de tomada de decisões políticas em ambos os lados do Atlântico.

Essa publicação apresenta a síntese dos resultados do primeiro ciclo de atividades da Rede, que foram agrupados em três eixos temáticos: (i) as dimensões empíricas da integração e do comércio; (ii) as dimensões macroeconômicas da integração e do comércio; e (iii) a agenda de pesquisa para as dimensões institucionais da integração e do comércio na América Latina.

O processo de integração e a liberalização do comércio de bens provocam mudanças nos padrões de comércio. Ao mesmo tempo, a integração do setor real da economia pode influenciar a coordenação macroeconômica e a integração monetária, o que por sua vez pode afetar a integração comercial. Os trabalhos apresentados na Conferência de Florença da Rede trataram destes temas, sintetizados na mencionada publicação por Michel Fouquin, Rolf J. Langhammer e Rainer Schweickert. Três dos seis documentos da conferência tratam de aspectos relacionados com as mudanças nos padrões de comércio no comércio intra e extra-regional, incluindo metodologias para medir o comércio intra-regional, efeitos fronteiriços e o impacto no crescimento dos acordos de comércio regional entre os países em desenvolvimento. Os outros documentos abordam os demais temas acima assinalados, isto é, a interação entre integração comercial, integração monetária e coordenação macroeconômica.

Outro aspecto discutido na Conferência de Florença foi o vínculo entre o comércio regional e os ciclos de comércio. Uma forma de medir a integração de mercados é identificar o grau de harmonização dos ciclos e o papel que o comércio desempenha na harmonização de tendências, distinguindo os efeitos diferenciados do comércio inter e intra-industrial. Neste sentido, afirmou-se que o crescimento do comércio intra-industrial (intercâmbio de bens similares mas diferenciados dentro de um setor) tende a expor os países aos mesmos choques específicos nos mesmos setores industriais, contribuindo conseqüentemente à harmonização do ciclo de negócios.

Omar Licando e Jaume Ventura coordenaram o tema das dimensões macroeconômicas da integração e comércio e oferecem, nesta oportunidade, uma síntese dos principais problemas e debates que surgiram na Conferência de Florença. Estes autores agruparam os seis documentos da Conferência em dois temas recorrentes: (a) a integração e o papel econômico das instituições; (b) o crescimento do comércio mundial e a emergência da China. Entre os enfoques que merecem destaque na discussão proposta encontram-se a industrialização substitutiva de importações, os efeitos sobre o crescimento dos países em desenvolvimento, a proteção dos direitos de propriedade intelectual, o impacto das diferenças nas regulações nacionais sobre os fluxos de investimento estrangeiro direto (IED), a economia política da imigração e o desenho ideal de coordenação de políticas monetárias.

Os resultados da terceira sessão sobre as dimensões institucionais da integração e o comércio são apresentados por Jacques Ziller e Helen Wallace. Nesta parte da publicação afirma-se que, para funcionar como base sólida para a integração regional, as instituições devem prover essencialmente um sistema eficiente de solução de controvérsias interestatais. Este sistema deve conduzir, não somente à solução de controvérsias políticas e econômicas, mas também à segurança jurídica para os negócios. Outro tema identificado como central no desenho e efetividade das instituições regionais da integração econômica é a necessidade de encontrar uma combinação adequada entre o respeito da igualdade de direitos de Estados de diferentes tamanhos e o reconhecimento de suas diferenças de peso econômico e político. Assim, atribuiu-se especial atenção tanto aos meios possíveis de levar em conta os sócios poderosos, como a questão das assimetrias nos esquemas de integração regional, particularmente no caso do MERCOSUL.

O documento foi publicado em inglês sob o título *Euro-Latin Study Network on Integration and Trade. Issues Papers Second Annual Conference* e está disponível em formato pdf na seguinte url:

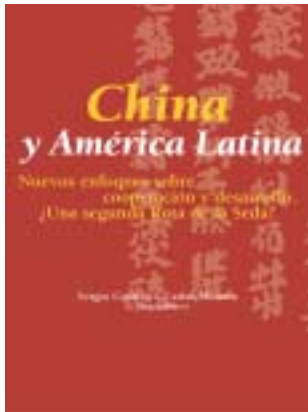
http://www.iadb.org/intal/detalle_publicacion.asp?tid=10&idioma=esp&pid=290&cid=234_



América Latina e China: novos enfoques sobre cooperação e desenvolvimento

China y América Latina. Nuevos enfoques sobre cooperación y desarrollo ¿Una segunda Ruta de la Seda? é o título da obra compilada por Sérgio Cesarin e Carlos Moneta e publicada recentemente pelo INTAL em sua Série de Estudos Especiais.

O crescimento da China no sistema internacional, resultante de um sustentado processo de reformas econômicas e abertura constitui um dos acontecimentos mais relevantes observados no início do século XXI. O notável dinamismo apresentado por este país asiático e seu impacto sobre variáveis centrais do sistema econômico internacional - tais como consumo de energia, transporte e matérias primas - atraem a atenção dos países da América Latina e do Caribe na



medida em que é percebido como uma oportunidade para estimular seu próprio crescimento econômico. Diante desta situação, e como assinala Ricardo Carciofi na apresentação da publicação, os países latino-americanos não desejam ser apenas espectadores da transformação chinesa. O país asiático também não deseja estar ausente das oportunidades geradas pela recuperação econômica latino-americana. Detectar as oportunidades e saber aproveitá-las é uma tarefa a ser aprofundada para otimizar o fato até o presente. A cooperação política interatua e reforça a cooperação econômica que é fundamental para estratégias de desenvolvimento sustentadas no tempo. Por estas razões, o INTAL apóia a tarefa desenvolvida pela Rede de Estudos da América Latina e Caribe sobre Ásia-Pacífico (REDEALAP) e apresenta esta publicação como uma contribuição para a reflexão regional de um tema central para as relações internacionais da América Latina, como é o surgimento da China como potência asiática. A obra reúne dez artigos que expõem os delineamentos de política, enfoques, valores, idéias e visões que podem ser incorporados como insumos nos processos públicos de tomada de decisões na definição

de estratégias de negócios e na planificação de atividades de intercâmbio acadêmico, científico, tecnológico e cultura. Em sua primeira parte, os trabalhos compilados destacam as mudanças políticas institucionais e sua vinculação com o processo de reformas econômicas. Aí são consideradas as grandes linhas da evolução econômica da China, destacando-se o surgimento de novos atores e processos que influem em seus vínculos com os países latino-americanos.

A China é também descrita como um poder global emergente, determinada a participar ativamente na construção de uma nova ordem mundial.

Na segunda parte, são incluídos exercícios de reflexão que procuram identificar estratégias e linhas de ação para a América Latina e o Caribe, ante os processos regionais em andamento. A partir de enfoques nacionais e sub-regionais, são esboçados cenários futuros para as relações entre a China e a América Latina, e são assinaladas as implicações sistêmicas da relação. Da mesma forma, são examinados os casos do México e do Brasil – o principal sócio da China na região – e se introduz o tema da inter-relação China-América Latina – observada por meio do resultado das oportunidades proporcionadas pelas novas tecnologias, seja em matéria de transformações internas, comércio e cooperação internacional.

Além dos compiladores, contribuem para a obra Manfred Wilhelmy von Wolff, Augusto Soto, Pámela Aróstica, Paulo Pereyra Pinto, Martín Pérez Le-Fort, Carla V. Oliva, Romer Cornejo, Severino Cabral Becerra Filho e Esteban Restrepo Uribe.

A versão eletrônica desta publicação do INTAL pode ser obtida na seguinte url:

http://www.iadb.org/intal/detalle_publicacion.asp?tid=9&idioma=esp&pid=293&cid=234

Sexta reunião da REDELAP

A Rede de Estudos da América Latina e Caribe sobre Ásia-Pacífico (REDEALAP) realizou sua sexta reunião nos dias 12 e 13 de outubro. O encontro ocorreu com o apoio do INTAL no Auditório Raul Prebisch e foi inaugurado por seu diretor, Ricardo Carciofi e Carlos J. Moneta, Coordenador da Área Ásia-Pacífico da Universidade Nacional de Trê de Fevereiro, Argentina.

Um dos eixos sobre os quais giraram as exposições e comentários foi o futuro das relações inter-regionais entre a América Latina e a Ásia-Pacífico. Neste contexto, foram analisados - entre outros temas - as perspectivas de um acordo de preferências comerciais entre a Índia e o MERCOSUL, que estabeleceram os termos de referência do mesmo em 2004, com o objetivo de alcançar, no futuro, uma área de livre comércio. Em março de 2005, ambas as partes intercambiaram lista de bens nas quais eram contempladas reduções tarifárias para um conjunto de aproximadamente 450 produtos. A esse respeito, destacou-se que, num quadro caracterizado pela presença de tarifas ainda elevadas e a pequena participação do comércio bilateral no total dos índices de vantagens comparativas, podem ser vistos claros indícios do potencial que existe para um aumento substancial nos fluxos de comércio. Entretanto, observou-se que nas listas de ofertas predominam produtos sem vantagem comparativa e com margens de preferência reduzidas; assim, se forem mantidas estas circunstâncias, não serão produzidos incrementos significativos no comércio bilateral. Em consequência, incentivou-se que fossem feitas negociações capazes de permitir a inclusão de produtos com vantagens comparativas e preferências elevadas.

Outro dos eixos sobre os quais transcorreu o debate, foi o dos novos enfoques para a análise das relações inter-regionais. Neste âmbito, foram examinadas as relações MERCOSUL-China e destacou-se como a falta de unidade de ação por parte dos países do bloco sul-americano facilitou a ação da diplomacia chinesa que, com o objetivo de ser reconhecida como uma economia de mercado, aplicou uma política tradicional das grandes potências, desequilibrou a relação de poder a seu favor

e gerou uma maior assimetria no processo de negociação. Assim, surgiu o compromisso dos dois países mais importantes do MERCOSUL, através do diálogo e de negociações bilaterais.

Como conclusão, destacou-se o fato de que a Ásia conta com dois motores de crescimento que concedem amplas vantagens a respeito da América Latina e Caribe. China e Índia são, por si próprios, dois novos centros de poder na nova geografia econômica mundial que, no entanto, podem ter efeitos benéficos sobre o comércio, associações empresariais, investimentos e formação de alianças tecnológicas que sejam percebidas nas economias latino-americanas. A China é um sócio com crescente participação no comércio com esta região e é de se esperar que consolide seu papel como investidor externo durante a próxima década. Por sua vez, a Índia planeja fortalecer sua inserção mediante programas destinados a incrementar o intercâmbio comercial, os investimentos e a densidade de associações empresariais.

A REDELAP, com o apoio do INTAL, continuou, assim, socializando o conhecimento produzido por seus membros, o que contribui para esclarecer motivações, imaginar cenários e avançar no aperfeiçoamento das estratégias de relacionamento entre a América Latina e a região da Ásia-Pacífico.

O evento foi encerrado com uma reunião de coordenação interda da REDEALAP.

DOCUMENTOS APRESENTADOS NA VI REUNIÃO DA REDELAP

(disponíveis no Centro de Documentação do INTAL)

- *Remesas de inmigrantes y desarrollo económico en Latinoamérica y Asia-Pacífico*, por Jorge Torres-Zorrilla
- *Los debates sobre seguridad y defensa en APEC y Colombia: implicaciones recíprocas*, por Esteban Restrepo-Uribe
- *India – MERCOSUR: perspectivas de un acuerdo de preferencias comerciales*, por Honorio Kume, Guida Piani e Pedro Miranda
- *Unravelling interregionalism theory: a critical analysis of the new interregional relations between Latin America and East Asia*, por María Cecilia Olivet
- *Crisis del multilateralismo y auge de la diplomacia bilateral en la relación MERCOSUR - China*, por Eduardo Daniel Oviedo
- *La doble oportunidad para América Latina y el Caribe: China e India en la creación de cadenas globales de valor*, por Sergio Cesarín
- *La relación económica China – América Latina: expresiones y causas de dos trayectorias distintas*, por José Luis León
- *América Latina ante el crecimiento económico de China*, por Romer Cornejo
- *Training of human capital and the future of Latin America and Asia-Pacific relations*, por Claude Beauboeuf



RESENHAS BIBLIOGRÁFICAS

RITA GIACALONE (COMPILADORA)

VENEZUELA EN EL ALCA.

ENTRE REALIDADES Y FANTASÍAS

Mérida, Venezuela: Universidad de los Andes, 2005.

212 págs.

Disponíveis em CDI.

As contradições entre fantasia e realidade podem resultar especialmente preocupantes em momentos históricos nos quais as mudanças se aceleram. Quando o panorama local, regional e global experimenta mudanças importantes num ritmo acelerado, não há espaço para escapar à análise da realidade que condiciona o presente e o futuro dos países da região.

Por esta razão, este livro coletivo tenta estudar de diversas perspectivas as possibilidades e problemas considerados pela inserção da Venezuela na Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), com o objetivo de examinar a validade de algumas das premissas habitualmente utilizadas nas análises do tema. Este exame se realiza com especial consideração das características deste país latino-americano, qualificado como médio, por seu tamanho, com uma economia caracterizada pelo predomínio das exportações estatais de petróleo, definido pela Organização Mundial do Comércio (OMC) como importador de alimentos e cujo governo assumiu nos últimos anos uma posição de rechaço aberto à ALCA.

A obra se divide em três partes. A primeira delas apresenta um quadro geral que inclui uma descrição do processo de negociação da ALCA, com suas principais etapas e as posições assumidas pelos diferentes governos, até chegar à virtual paralisação do processo, em 2004. As contribuições deste segmento da obra destinam-se a assinalar tantos os efeitos dos processos políticos no interior da principal economia do Hemisfério Ocidental, como dos vínculos entre a construção da ALCA e o fenômeno da globalização. Outro dos eixos sobre os quais gira a discussão aponta para desentranhar a validade de considerações de tratamento especial e diferenciado nas negociações hemisféricas.

O estudo do caso venezuelano desenvolve-se na segunda parte da obra, onde se incluem quatro capítulos que procuram examinar alguns dos aspectos mais relevantes apresentados pelas complexas relações hemisféricas da Venezuela. As contribuições examinam as possibilidades econômicas que a ALCA oferece à Venezuela e descrevem os interesses agro-alimentares que deveriam ser protegidos num eventual tratado. São expostas, também, detalhadamente, a participação e a posição da Venezuela na negociação do tratado hemisférico, com especial consideração dos aspectos políticos e geopolíticos em dois cenários possíveis: (i) a inserção do país na ALCA; e (ii) a não participação do mesmo nos acordos hemisféricos.

Na terceira e última parte do livro são analisadas as alternativas que seriam apresentadas à Venezuela junto à ALCA, seja no contexto da consolidação da Comunidade Andina (CAN), a Comunidade Sul-americana de Nações (CSN) ou mediante uma inserção individual como membro do MERCOSUL.

Assim, a obra se propõe a responder algumas indagações subjacentes no debate latino-americano sobre a integração regional e hemisférica, na perspectiva de um país como a Venezuela. Este exercício se realiza de diversas perspectivas que não estão isentas de contradições, já que os autores não têm uma visão unitária do processo. Segundo a organizadora, numa síntese da proposta, o livro contribui para ressaltar como muitas vezes as declarações e discursos realizados no debate sobre a ALCA têm escassas bases de sustentação real e como as expectativas acerca das alternativas à ALCA são ambiciosas demais e podem conduzir a um beco sem saída.

Colaboram na obra Rita Giacalone, Laura Rojas, Amalia Struldeher, Jaime Acosta, Luis Toro, José A. Ruiz, Alejandro Gutiérrez, Eduardo Porcarelli, Fidel Garófalo, Hubert Mazurek e Ralf Klinhammer.

JOSÉ BRICEÑO RUIZ Y ANA MARLENY BUSTAMANTE
(COMPILADORES)

EL AREA DE LIBRE COMERCIO DE LAS AMÉRICAS.
PERSPECTIVAS DESDE VENEZUELA

Mérida, Venezuela: Universidad de Los Andes y Centro de Estudios de Fronteras e Integración, 2005). 404 págs.
Disponíveis em CDI.

Segundo o livro, desde que foi anunciada, a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) gerou reações diversas e até contrapostas no continente. No início o processo, predominou o otimismo e uma visão da ALCA como um marco a partir do qual se iniciava uma nova etapa nas relações interamericanas. Entretanto, esta avaliação positiva modificou-se à medida que a proposta foi começando a ser conhecida em seus detalhes.

Na obra argumenta-se que isso foi evidente no caso do MERCOSUL, em que – como, por exemplo, no Brasil – se manifestou uma franca divergência para com os Estados Unidos, em vários aspectos da negociação tais como propriedade intelectual, agricultura, compras governamentais e serviços. A Venezuela foi parte deste debate, notadamente a partir de 1999, quando Hugo Chávez chega à presidência do país. Seu antecessor, Rafael Caldera, participou das Reuniões de Cúpula de Miami (1994) e Santiago do Chile (1998) com um baixo perfil, embora mantendo uma posição oficial de apoio à iniciativa hemisférica.

O livro descreve como a posição da Venezuela mudaria radicalmente com a chegada de Chávez ao poder, que passa a adotar uma política de oposição à integração com os Estados Unidos. Este rechaço é acompanhado por uma política dirigida à aproximação com o Brasil e o MERCOSUL, e o simultâneo desenvolvimento de uma proposta de Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA) como uma opção perante a ALCA.

Na compilação são analisadas as diversas visões e alternativas presentes na Venezuela em torno do processo de integração hemisférica, ao longo de três partes constituídas por 19 artigos.

A primeira parte examina o contexto mundial no qual surgiu e se desenvolveu a proposta hemisférica, com especial ênfase no impacto da globalização e as interações do processo da ALCA com as negociações da Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC). Num dos artigos, argumenta-se que num cenário de proliferação de blocos comerciais torna-se conveniente fortalecer a integração regional latino-americana, atribuindo a ela um papel central a esquemas existentes como a Comunidade Andina (CAN), o MERCOSUL e a Comunidade do Caribe (CARICOM). Vários dos artigos desta parte tratam o papel dos Estados Unidos no processo de construção da ALCA – o que, segundo alguns autores, é um componente da doutrina de segurança e defesa desse país – como mecanismo protetor diante dos desafios atuais e futuros que o resto do mundo apresenta.

A segunda parte se refere aos aspectos econômicos da iniciativa hemisférica. Os dois primeiros capítulos apresentam uma visão geral da participação da Venezuela, suas posições históricas, as mudanças experimentadas a partir de 2001 e a matriz de incentivos que existiria para negociar o acordo comercial. Os cinco capítulos restantes concentram-se em aspectos setoriais das negociações, nos quais é examinada, especificamente, a forma como os setores produtivos percebem a ALCA. Neste sentido, percebe-se que há um déficit na preparação de setores importantes da produção venezuelana para abordar, no curto prazo, a integração, ao que se acrescenta um grau similar de preparação do setor governamental. Esta conclusão é atenuada pela opinião de alguns autores que afirmam que esta circunstância não deveria conduzir a um rechaço à ALCA, mas à criação de capacidades que permitam alcançar condições razoáveis de acesso a um eventual acordo hemisférico. Uma análise detalhada da posição de órgãos como *Fedecamaras*, *Conindustria*, *Consecomercio* e *Fedeindustria*, permite concluir que muitas das posições destes grupos do setor privado coincidem com as do governo em aspectos como a conveniência de limitar ou postergar a abertura de certos setores.

A terceira e última parte da obra reúne artigos relacionados com o impacto político e institucional da ALCA. Além de apresentar os elementos de continuidade e mudança da posição venezuelana perante a ALCA, têm-se notado avanços quanto à análise da Alternativa Bolivariana para a América Latina e o Caribe (ALBA). A esse respeito, afirma-se que a mencionada proposta tem como princípio-guia o tema “tanto mercado quanto for possível e tanto Estado quanto for necessário” e enfatiza a luta contra a pobreza e a exclusão social. A partir destas premissas, propõe-se orientar os processos de integração regional em direção ao fortalecimento do desenvolvimento interno nacional e regional, promovendo uma integração que ultrapasse o aspecto meramente comercial e se assente sobre as raízes históricas e culturais comuns da América Latina e Caribe.

Além dos organizadores, colaboram na obra María C. Rosas, Franklin González, Giovanni Reyes, Evelyn Martínez de Tortolero, Rafael Lucena Castellano, Antonio Gaztambide, Carlos A. Romero, Eduardo Porcarelli, Alejandro Gutiérrez, Humberto García Larralde, Josefina García de Muñoz, Albis Muñoz, Rita Giacalone, Rosalba Linares, Vladimir Aguilar Castro, Josué Carrillo Cruz, Alberto J. Mestas, Juan P. Sucre e Mirna Yones Lombano.

Publicações relacionadas à integração econômica

A Carta Mensal do INTAL oferece neste número a oitava listagem sucessiva de publicações relacionadas com diversas dimensões da integração econômica regional, agrupadas de acordo com a instituição que as produz ou difunde.

As listagens oferecidas nesta seção incluem publicações disponíveis na internet, cujos conteúdos são importantes para a compreensão e/ou reflexão sobre diversos aspectos dos processos de integração regional.

A listagem que se apresenta a seguir oferece documentos publicados pelo Instituto para o Estudo do Trabalho (IZA, na sigla em alemão), com sede em Bonn, Alemanha, durante o ano de 2004, e parte de 2005, até a presente data. Esses documentos estão disponíveis no site da instituição na internet, <http://www.iza.org/>, e seu principal objetivo é investigar os problemas relacionados com a organização do trabalho num ambiente internacional crescentemente globalizado.

Para melhor acessibilidade por parte dos leitores desta Carta Mensal, estão incluídos os links que permitem dirigir-se a cada documento da seguinte listagem:

1. Alternative composite Lisbon Development strategy indices. Almas Heshmati, Jong-Eun Oh. IZA DP 1734.
http://www.iza.org/en/webcontent/publications/papers/viewAbstract?dp_id=1734
2. Economic integration, market power and technological change. Tapio Palokangas. IZA DP 1592.
http://www.iza.org/en/webcontent/publications/papers/viewAbstract?dp_id=1592
3. Inmigrants' responsiveness to labor market conditions and its implications on regional disparities: evidence from Spain. Catalina Amuedo-Dorantes, Sara de la Rica. IZA DP 1557.
http://www.iza.org/en/webcontent/publications/papers/viewAbstract?dp_id=1557
4. Making sense of Bolkestein-bashing: trade liberalization under segmented labor markets. Gilles Saint-Paul. IZA DP 1618.
http://www.iza.org/en/webcontent/publications/papers/viewAbstract?dp_id=1618
5. Measurement of globalization and its variations among countries, regions and over time. Amit K. Bhandari, Almas Heshmati. IZA DP 1578.
http://www.iza.org/en/webcontent/publications/papers/viewAbstract?dp_id=1578
6. Mind the gap: unemployment in the new EU regions. Anna Maria Ferragina, Francesco Pastore. IZA DP 1565.
http://www.iza.org/en/webcontent/publications/papers/viewAbstract?dp_id=1565
7. Regional dependencies in job creation: and efficiency analysis for Western Germany. Fabian Bornhorst, Simon Commander. IZA DP 1660.
http://www.iza.org/en/webcontent/publications/papers/viewAbstract?dp_id=1660
8. The relevance of post-match LTC: why has the Spanish labor market become as volatile as the US one?. Hector Sala, José I. Silva. IZA DP 1823.
http://www.iza.org/en/webcontent/publications/papers/viewAbstract?dp_id=1823
9. European labor mobility and potentials. Klaus F. Zimmermann. IZA DP 1410.
http://www.iza.org/en/webcontent/publications/papers/viewAbstract?dp_id=1410

10. Factor endowment and market size in EU-CEE trade: would human capital change the actual quality trade patterns? Anna Maria Ferragina, Francesco Pastore. IZA DP 1139.
http://www.iza.org/en/webcontent/publications/papers/viewAbstract?dp_id=1139
11. Integration, agglomeration and welfare. Michael P. Pflüger, Jens Suedekum. IZA DP 1326.
http://www.iza.org/en/webcontent/publications/papers/viewAbstract?dp_id=1326
12. Labor mobility, trade and social capital. Maurice Schiff. IZA DP 1027.
http://www.iza.org/en/webcontent/publications/papers/viewAbstract?dp_id=1027
13. Migration and labour market differences : the case of Wales. David Blackaby, Stephen Drinkwater. IZA DP 1275.
http://www.iza.org/en/webcontent/publications/papers/viewAbstract?dp_id=1275
14. North-South technology diffusion, regional integration, and the dynamics of the "natural trading partners" hypothesis. Maurece Schiff, Yanling Wang. IZA DP 1384.
http://www.iza.org/en/webcontent/publications/papers/viewAbstract?dp_id=1384
15. Regional unemployment and its persistence in transition countries. Fabian Bornhorst, Simon Commander. IZA DP 1074.
http://www.iza.org/en/webcontent/publications/papers/viewAbstract?dp_id=1074
16. Specialisation patterns and the synchronicity of regional employment cycles in Europe. Ansgar Belke, Jens M. Heine. IZA DP 1439.
http://www.iza.org/en/webcontent/publications/papers/viewAbstract?dp_id=1439
17. Unwilling or unable? Spatial, institutional and socio-economic restrictions on females' labor market access. Maarten van Ham, Felix Büchel. IZA DP 1034.
http://www.iza.org/en/webcontent/publications/papers/viewAbstract?dp_id=1034
18. Wages and employment growth: disaggregated evidence for West Germany. Jens Suedekum, Uwe Blien. IZA DP 1128.
http://www.iza.org/en/webcontent/publications/papers/viewAbstract?dp_id=1128

Reunião de cúpula ibero-americana apóia a integração

Os Chefes de Estado e de Governo da Comunidade Ibero-americana de Nações celebraram, em 14 e 15 de outubro, sua XV Reunião de Cúpula em Salamanca, Espanha, e decidiram implementar a Secretaria-Geral Ibero-americana (SEGIB).

A SEGIB é o órgão permanente de apoio para a institucionalização da Conferência Ibero-americana. Enrique V. Iglesias, ex-Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento foi designado como titular da Secretaria-Geral, organismo que tem como objetivo central o fortalecimento da cooperação ibero-americana, o fomento da coesão interna e a projeção internacional da Comunidade Ibero-americana de Nações.

A Reunião de Cúpula de Salamanca determinou expressamente à SEGIB apoiar os processos de integração regional e sub-regional, e ao mesmo tempo impulsionar as negociações que apontem a concretizar acordos com a União Européia. Da mesma forma, solicitou ao organismo encabeçado por Iglesias que colabore na preparação da próxima Reunião de Cúpula União Européia-América Latina e Caribe, a realizar-se em Viena, em 2006. Um dos objetivos da ação que surgirá da SEGIB será promover e fomentar a aproximação de posições dos países ibero-americanos nas negociações comerciais internacionais.

A Declaração de Salamanca, emitida no fim do encontro, mostra a amplitude dos temas que foram objeto de discussão da Reunião de Cúpula.

Alguns dos temas de particular interesse desta instância de cooperação internacional estiveram vinculados com a pobreza e a educação na América Latina. Com o objetivo de ampliar os investimentos que promovam a inclusão social e de contribuir para o alívio da dívida externa nesta região, cristalizou-se o compromisso de estimular a utilização do instrumento de conversão de dívida por investimento social e, em especial, em educação.

Nessa linha, salientou-se a continuidade do debate em direção à adoção de um Pacto Ibero-americano pela Educação que promova um desenvolvimento com equidade e justiça social.

Da mesma forma, decidiu-se avançar na criação de um Espaço Ibero-americano do Conhecimento, orientado à transformação da educação superior e articulado em torno à pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação. Isto foi considerado como condição necessária para aumentar a produtividade e a competitividade internacional, proporcionando melhor qualidade e acessibilidade aos bens e serviços para os povos ibero-americanos. Com este objetivo, solicitou-se à SEGIB que, junto com a Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) e o Conselho Universitário Ibero-americano (CUIB), trabalhem na concertação político-técnica necessária para implementar esse projeto. Uma solicitação específica que as autoridades ibero-americanas fizeram à SEGIB foi a preparação de um Plano Ibero-americano de Alfabetização que permita declarar a região ibero-americana um território livre de analfabetismo no período compreendido entre os anos 2008 e 2015.

Um tema destacado neste contexto foi a constatação da decisão do Brasil de estabelecer a língua espanhola como matéria obrigatória no ensino secundário do país. Esta medida foi considerada muito positiva para a afirmação dos processos de integração sul-americana e latino-americana, o que, por sua vez, favorecerá a consolidação do espaço ibero-americano. Reciprocamente, as autoridades manifestaram sua vontade de impulsionar a difusão da língua portuguesa nos países ibero-americanos de língua espanhola.

Finalmente, decidiu-se que a XVI Reunião de Cúpula Ibero-americana deverá realizar-se em 2006, no Uruguai, e a XVII, em 2007, no Chile.

◆ COMUNIDADE ANDINA 1

Inventário sub-regional de medidas relacionadas ao comércio
Formação a distância em temas aduaneiros

◆ CARIBE 2

Cooperação em desenvolvimento humano e saúde (HIV/AIDS)

◆ CENTRO-AMERICA 2

Fórum Regional Ambiental

◆ MERCOSUR 3

Harmonização fiscal: aspectos tributários e incentivos

❖ *Previsão de um cenário conflituoso na Conferência da OMC* 4

◆ ATIVIDADES DO BID-INTAL 5

- *O desenvolvimento institucional do MERCOSUL*
- *A construção de capacidades comerciais*
- *Dimensões empíricas e macroeconômicas da integração*
- *América Latina e China: novos enfoques sobre cooperação e desenvolvimento*
- *Sexta reunião da REDELAP*

◆ CENTRO DE DOCUMENTACIÓN INTAL - CDI

Reseñas Bibliográficas 10

Publicaciones sobre Integración 12

❖ *Reunião de cúpula ibero-americana apóia a integração* 14

Nº 111

Outubro 2005

Esta Carta Mensal é publicada no formato pdf para ser consultada de maneira gratuita na página Internet do BID-INTAL
Esmeralda 130, andáres 16 e 17
C1035ABD Buenos Aires, Argentina
tel. 54 11 4 320-1850 fax 54 11 4 320-1865
e-mail: pubintal@iadb.org
http://www.iadb.org/intal

Conselho Diretor

Antoni Esteveordal
Nobra Rey de Marulanda
Ricardo R. Carciofi

Coordenação

Uziel Nogueira
Asesoria técnica:
Alberto Cimadamore
Asistencia compilación material:
Gloria Priore

Edição

Susana Filippa

R.P.I.: 438.555
ISSN: 1028-0464

